



155

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0331082-1 Recife (30ª Vara Cível)

Recorrente: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED

Recorrido: Mário Anunciação Pontual e Maria das Graças Gomes Oliveira

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA JURISDICIONAL. PLANO DE SAÚDE. REAJUSTE DE MENSALIDADES EM VIRTUDE DE MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. ABUSIVIDADE. PRETENSÃO DE SUSTAÇÃO DO AUMENTO. INDEFERIMENTO NO 1º GRAU. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART.557, §1º - A, DO CPC. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. É abusiva a cláusula de plano de saúde formulada sem critérios objetivos estipulando reajustes decorrentes de mudanças de faixa etária, em claro desrespeito ao princípio da boa-fé objetiva.

2. Os reajustes dos planos de saúde devem ter por objetivo o equilíbrio financeiro e econômico do contrato, de sorte a garantir a continuidade das prestações.

3. O aumento elevado do valor das parcelas em virtude de mudança de faixa etária implica perigo de lesão em face da dificuldade dos segurados suportarem o custeio do valor da prestação.

4. Recurso de agravo improvido com manutenção da decisão terminativa proferida no agravo de instrumento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a QUINTA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



156

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0331082-1 Recife (30ª Vara Cível)

Recorrente: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED

Recorrido: Mário Anunciação Pontual e Maria das Graças Gomes Oliveira

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

Relatório

Decisão agravada fls.82/84.

No primeiro grau foi proferida decisão na *Ação de Obrigação de Fazer c/c pedido de antecipação de tutela jurisdicional*, proposta pelos autores, ora recorridos, contra **Caixa de Assistência de Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED**, *decisum* esse que indeferiu o pedido de sustação do aumento de 56,76% sobre a mensalidade do plano de saúde referente ao mês de fevereiro de 2014, em razão da mudança de faixa etária da segurada **Maria das Graças Gomes Oliveira**.

Contra essa decisão foi interposto agravo de instrumento, ao qual, monocraticamente, dei parcial provimento, para reformar a decisão recorrida e deferir a liminar requerida para determinar a sustação do reajuste de 56,76% nas mensalidades do plano de saúde apenas em relação à **Maria das Graças Gomes Oliveira**.

Não satisfeita, a **Caixa de Assistência de Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED**, interpôs este agravo para que seja exercido o juízo de retratação por este relator com o fim de ser negado seguimento ao agravo de instrumento ou, caso o entendimento seja outro, pugna pela apreciação colegiada para que seja dado provimento ao instrumental.

É o Relatório.

Recife, 28 de maio de 2014.

Des. Jovaldo Nunes Gomes

Relator



Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0331082-1 Recife (30ª Vara Cível)

Recorrente: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED

Recorrido: Mário Anunciação Pontual e Maria das Graças Gomes Oliveira

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

Voto

Não vislumbrando razões para exercer o juízo de retratação, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

Na parte que interessa a decisão está vazada nos seguintes:

"(...) Destaco da decisão Agravada (fls.19/20) o seguinte: "(...) Em consulta detalhada ao Sistema Judwin 2º grau, contata-se que a Ação Civil Pública de nº 003084-04.2004.17.0001 na qual o autor funda o seu pedido de antecipação de tutela ainda não transitou em julgado, visto que encontra-se pendente o julgamento de apelação de nº 0316548-8. Como se observa também do documento de fl. 50, juntado pelo próprio autor quando da determinação de emenda da inicial, o trânsito em julgado ali referido é de outra apelação, qual seja a 0208667-1 e por cosequente referente a outro processo. Ademais, é de se ressaltar ainda que o reajuste questionado foi aplicado antes do implemento dos 60 anos de idade. Ante o exposto, indefiro o pedido de antecipação requerido."(grifei)Tenho que equivocada foi a decisão do Douto Magistrado que não concedeu a antecipação de tutela, posto que vinculou sua decisão ao trânsito em julgado da ACP (nº 0030284-04.2004.8.17.0001), cujo objeto (reajuste de mensalidades dos planos de saúde baseado em mudança de faixa etária) é o mesmo da presente ação individual e, ainda, inobservou o entendimento pacífico da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte a respeito do assunto. Inicialmente, impende ressaltar que este Tribunal já se posicionou no sentido da ação individual ter curso independente da ação coletiva na defesa dos interesses individuais homogêneos. Tal entendimento já se encontra sedimentado no âmbito desta Corte, nos seguintes termos:"(...) A Ação Individual pode ter curso independente da Ação Coletiva na defesa de direitos individuais homogêneos. (TJ-PE - AGV: 2815141 PE 0016173-37.2012.8.17.0000, Relator: Itabira de Brito Filho, data de Julgamento: 09/10/2012, 1ª Câmara Cível)"(grifei) O que não impediria, no presente caso, a análise perfunctória do direito da agravante, no que toca ao reconhecimento da abusividade do reajuste de 56,76% nas mensalidades por parte da Seguradora, quando da mudança de faixa etária. Ainda, impende observar que a cláusula de contrato de plano de saúde formulada sem critérios objetivos estipulando reajustes, decorrentes das mudanças de faixa etária, desrespeita o princípio da boa-fé objetiva e não se harmoniza com as prescrições das legislações consumerista e do idoso. Nesse sentido, temos inúmeros julgados desta Corte, dentre os quais cito: AP- 309805-7, Relator: Stênio José Sousa Neiva Coelho, 5ª Câmara Cível, data do julgamento:14/08/2013; AGR



158

321473-9, Relator: Eurico de Barros Correia Filho, 4ª Câmara Cível, julgado em 20/02/2014; AGV de instrumento nº 289056-6, Relator: Roberto da Silva Maia, 1ª Câmara Cível, data do julgamento: 27/08/2013; AGV 318275-8, Relator: Eurico de Barros Correia Filho, 4ª Câmara Cível, data do julgamento: 21/11/2013. O CDC proíbe disposições contratuais que coloquem o consumidor em desvantagem excessiva, e o Estatuto do Idoso (art.15, § 3º, da Lei 10.741/2003) veda a discriminação nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade. Esta é a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTE DE MENSALIDADE POR FAIXA ETÁRIA. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282/STF E 211/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. LEI Nº 9.656/98. APLICABILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. O recurso especial cuja apreciação esbarre em óbices relativos à sua admissibilidade não merece ter seu julgamento sobrestado em virtude do reconhecimento da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal. 2. Ausente o prequestionamento de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incidem as Súmulas nºs 282/STF e 211/STJ. 3. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese. 4. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório dos autos, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ. 5. A orientação jurisprudencial desta Corte é firme no sentido de que é abusiva a cláusula contratual que prevê o reajuste da mensalidade de plano de saúde com base exclusivamente em mudança de faixa etária, sendo irrelevante que o contrato tenha sido celebrado antes da vigência do Estatuto do Idoso, da Lei nº 9.656/98 ou do Código de Defesa do Consumidor. 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 257.898/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/11/2013, DJe 25/11/2013))" (grifei) **Infere-se dos autos que há verossimilhança das alegações dos agravantes, no tocante ao aumento do valor das parcelas mensais, a implicar perigo de lesão decorrente de eventual dificuldade da agravante em suportar o custeio do seguro saúde, caso aplicado o percentual de 56,76%. Por outro lado, tem-se como presente a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação da agravante, contando esta com real hipótese de ver obstaculizado a utilização dos serviços contratados em razão de significativo aumento experimentado nas mensalidades, por causa da simples mudança de faixa etária.** Assim, caberá ao magistrado de 1º grau, quando da análise meritória da matéria, observar o entendimento unânime dos Tribunais, de que os reajustes praticados pelos planos de saúde devem ter por objetivo restabelecer o equilíbrio financeiro e econômico do contrato, de sorte a garantir a continuidade da prestação de serviços. Ante o exposto e considerando que a decisão



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

159

interlocutória está em confronto com a jurisprudência dos Tribunais dos Estados e do STJ, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, para reformar a decisão recorrida e deferir parcialmente a liminar requerida, determinando a sustação do reajuste de 56,76% nas mensalidades do plano de saúde de Maria das Graças Gomes Oliveira, o que faço com fundamento no art. 557, § 1º- A do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco. Fixo, por fim, multa diária, no importe de R\$ 1.000,00 (mil reais), na hipótese de descumprimento desta decisão. (art.461, § 4º, do CPC) (...)" (grifo nosso)

Não observo nas razões recursais motivos que possam ensejar mudança no entendimento esposado na decisão combatida, posto que no agravo de instrumento foi feita análise perfunctória do direito dos autores da demanda, reconhecendo-se a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação, já que a mudança de faixa etária da segurada com aumento de 56,76% nas mensalidades do seu plano de saúde, obstaculariza a utilização dos serviços por este oferecido.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo integralmente a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator